

FRANCISCO GARCÍA FITZ, *LA GUERRA CONTRA EL ISLAM PENINSULAR EN LA EDAD MEDIA*, MADRID, EDITORIAL SÍNTESIS, 2019, 278 PÁGS. ISBN: 978-84-9171-414-9.

MIGUEL GOMES MARTINS
Instituto de Estudos Medievais e
Gabinete de Estudos Olisiponenses

Numa altura em que os trabalhos de divulgação histórica são cada vez mais importantes para combater a crescente instrumentalização, adulteração e manipulação da História por políticos e agendas ideológicas, Francisco García Fitz traz até ao grande público (mas não só, pois este é também um livro dirigido a estudantes e a especialistas no tema), a obra *La Guerra contra el Islam Peninsular en la Edad Media*, integrada na coleção Temas de Historia Medieval (que conta já com 15 títulos) e publicada em 2019 sob a chancela da Editorial Síntesis.

Professor Catedrático de História Medieval na Universidade de Extremadura, trata-se de um dos maiores especialistas europeus no estudo da guerra na Idade Média, tema em que tem vindo a revelar-se como um prolífico autor com várias dezenas de trabalhos publicados, quase todos eles centrados na realidade ibérica e dos quais destacamos os livros *Ejércitos y Actividades Guerreras en la Edad Media Europea* (1998); *Castilla y Leon frente al Islam: Estrategias de Expansion y Tacticas Militares (siglos XI-XIII)* (1998); *La Edad Media: Guerra e Ideologia, Justificaciones Religiosas y Juridicas* (2003); *Las Navas de Tolosa* (2005); *La Reconquista* (2010); e *Cruzados en la Reconquista* (em co-autoria com Feliciano Novoa-Portela) (2014), entre outros, alguns deles vocacionados também para um público vasto e diversificado.

Como se depreende do título, este *La Guerra contra el Islam Peninsular en la Edad Media* consiste numa análise do processo político-militar que habitualmente designamos como *Reconquista*, palavra que o autor optou deliberadamente por não utilizar, mas que, num estudo anterior, tinha já reconhecido como válida em termos operativos: “porque con un único término se hace referencia, sin necesidad de mayores explicaciones, a un proceso clave en la Edad Media peninsular” (2010, pp. 172-173).

Alguns, antes de lerem esta obra, poderão pensar que pouco ou nada há de novo a dizer sobre este período tão importante, tão rico e, simultaneamente, tão atribulado, da História da Península Ibérica. Contudo, basta percorrer o seu índice para verificarmos que se trata de uma das mais importantes e inovadoras sínteses publicadas nas últimas

décadas sobre essa temática, não pela abrangência cronológica de mais de sete séculos (VIII a XV) e por arrolar um importante conjunto de informações – alicerçado numa ampla e diversificada colecção de fontes e numa vasta e actualizada bibliografia –, mas também porque, penso que pela primeira vez num trabalho deste género, esse período é, em toda a sua extensão, integralmente observado na óptica da História Militar. Mas esta é igualmente uma obra inovadora pela forma como aborda o tema, ou seja, pelo modo como se encontra organizada, em duas partes distintas: a primeira, intitulada “Conocer los acontecimientos: el desarrollo de la guerra” (pp. 19-113), e a segunda, a que o autor chamou “Hacer la guerra: estrategias y tácticas” (pp. 117-237).

No primeiro desses blocos somos conduzidos num percurso que tem início em 711 com os primeiros passos da conquista islâmica da Península Ibérica e que culmina em 1492 com a conquista de Granada. E porque é possível perceber momentos e fases distintas nesse processo político-militar, o autor divide-o em três grandes fases, ou tendências, se preferirmos: 711 a 1031, a “época do predomínio islâmico”; de 1031 a 1275, “a época das grandes conquistas cristãs” (se bem que este tenha também sido o período dos grandes êxitos almorávidas e almóadas, os quais não são, obviamente, esquecidos); e de 1275 a 1492, correspondente à “guerra na fronteira de Granada”. Cada um destes três períodos é observado em capítulos próprios que, por sua vez, se dividem em sub-capítulos, uma organização que, de um modo geral, corresponde a uma sequência cronológica. Ainda assim, dentro de cada capítulo há sempre lugar para uma análise sincrónica e que permite olhar em simultâneo para a realidade dos diversos reinos cristãos peninsulares e do al-Andalus. A organização interna desta primeira parte permite que, ao longo das quase cem páginas que a constituem, o leitor tenha uma visão panorâmica a respeito dos ritmos, da forma e da direcção dos avanços e recuos da fronteira, bem como dos momentos que ditaram as mudanças mais profundas, informações que se encontram sintetizadas na útil cronologia que encerra este livro (páginas 267-273).

Ainda que isso em nada comprometa a qualidade e o rigor da obra, por vezes sentimos – e não só na primeira parte, como, talvez ainda mais, na segunda – a falta de um ou outro mapa, pois o que consta da página 52 (“Recuperação Cristã da Península”), embora de grande utilidade, não é suficientemente detalhado. Decerto que a introdução de mais alguns mapas ajudaria o leitor, nomeadamente, a localizar alguns topónimos menos conhecidos ou já desaparecidos e aos quais se alude ao longo do texto.

Concluída esta primeira parte do livro, ao longo da qual, como se de uma viagem se tratasse, acompanhamos os avanços e recuos da fronteira entre a Cristandade e o Islão Peninsular, somos então levados a conhecer – com o recurso a inúmeros episódios bélicos – as principais facetas da guerra que possibilitou aquelas mesmas movimentações da fronteira e que, no limite, permitiu aos reinos do Norte, apesar de alguns retrocessos rapidamente ultrapassados, saírem vencedores de um conflito em que conseguiram impor as suas estratégias de expansão e tácticas militares.

E para que essas questões fiquem ainda mais claras, esta segunda parte abre com um capítulo introdutório em que se sistematiza e esclarece o que são estratégia e táctica,

conceitos que a maior parte dos leitores confundem, mas cuja explicação é fundamental para a compreensão dos capítulos seguintes. E se a estratégia é definida, e bem, pelo autor como “todas as acções relacionadas com a planificação da guerra, com a maneira como se aproveitam, se organizam e distribuem os recursos disponíveis (...) para alcançar um objectivo”, ou seja, tudo o que “se desenha, decide e põe em prática quando se está fora do alcance do inimigo”; a tática, por outro lado, relaciona-se com o conjunto de “decisões que se tomam e com as acções ou movimentos que têm lugar quando se está em contacto directo com o inimigo, isto é, quando se vai iniciar fisicamente a confrontação ou quando se está combatendo” (p. 118). E depois de demonstrar, como o fez já noutros trabalhos, que, ao invés do que durante muito tempo se pensou e defendeu – em grande parte devido ao eco que tiveram trabalhos como os de Hans Delbrück e Charles Oman, autores do século XIX –, existiu, de facto uma estratégia na Idade Média, Francisco García Fitz retoma a ideia de que esta, em função dos recursos disponíveis, assentava, sobretudo, no desgaste sistemático dos recursos do inimigo, encarado como a antecâmara da conquista do território e dos pontos fortes que, no seu interior, o defendem e organizam.

É esta estratégia de aproximação indirecta que molda a guerra na Idade Média e que faz com que se caracterize, na célebre expressão de Claude Gaier, por “uma sucessão de devastações, assédios frequentes e, raras vezes, por alguma batalha”. E é precisamente de acordo com estas três vertentes que a segunda parte deste livro se encontra repartida: as cavalgadas (páginas. 127-150), os assédios (páginas 151-193), e as batalhas campais (páginas 195-237).

As primeiras são divididas e analisadas segundo os seus objectivos, que vão desde o desgaste dos recursos do inimigo com vista a uma futura submissão e conquista territorial, às que cumpriam objectivos militares mais imediatos tais como obrigar o adversário a levantar o cerco a uma determinada praça-forte para acorrer à região fustigada, passando pelas que visavam a mera obtenção de botim, porque como o autor bem sublinha, muitas vezes “o único objectivo dos seus protagonistas é conseguir alguns ganhos” (páginas 141-142). E porque, embora a escalas muito diferentes, esses eram objectivos que tanto podiam ser alcançados por pequenos contingentes, quanto por exércitos muito numerosos, o autor distingue entre pequenas e grandes cavalgadas, de acordo, por um lado, com a composição e dimensão da força envolvida e, por outro, com a duração e alcance da expedição o que, compreensivelmente, exigia táticas e *modus operandi* próprios.

E porque a repetição de cavalgadas sobre uma mesma região tinha frequentemente o objectivo de, a médio ou longo prazo, assegurar uma conquista territorial, e porque tal só era possível com o domínio dos pontos fortes que controlavam esse mesmo território, o autor debruça-se, no capítulo seguinte, sobre as operações de cerco. No entanto, não deixa passar em branco o papel das conquistas por surpresa – nas suas variadas fórmulas, as quais são também analisadas –, que constituíam sempre uma excelente alternativa ao cerco convencional, não só pela forma rápida como decorriam, mas também por se tratar de um empreendimento muito menos exigente em termos logísticos, financeiros e humanos, se bem que muito difíceis de implementar.

E porque só muito raramente era possível pôr em prática este tipo de operações furtivas, aos comandantes restavam essencialmente duas opções: o assalto massivo ou o bloqueio. Mas como sublinha Francisco García Fitz, porque a primeira era uma solução que se saldava sempre num grande número de baixas, sobretudo contra alvos mais ambiciosos e defendidos por guarnições numerosas, bem abastecidas e motivadas, a opção mais frequente acabava por ser o bloqueio. Este método consistia no isolamento dos agredidos no interior da praça-forte, privados pelos agressores de receber mantimentos e ajuda, um cenário que, se tudo corresse de feição, acabaria por conduzir à fome e/ou à sede e, conseqüentemente, à sua rendição. Não se pense, contudo, como sublinha o autor, que o bloqueio não comportava também uma grande dose de risco, nomeadamente quando se arrastava mais do que o previsto, o que trazia muitas vezes problemas relacionados com o esgotamento dos víveres, com o final do tempo de serviço dos combatentes ou com a possibilidade da chegada de um exército de socorro disposto a obrigar os sitiadores a levantar o cerco.

No quarto e último capítulo desta segunda parte, o autor debruça-se sobre as batalhas campais, mas não sem antes demonstrar como a ideia dos enfrentamentos em campo aberto enquanto acontecimento central da guerra na Idade Média não passa de uma imagem errada que, no entanto, tem a sua origem nos próprios textos medievais. E apesar de os historiadores militares terem hoje a perfeita noção da raridade da batalha, por esta se tratar de uma obra dirigida, também, para um público mais amplo, as considerações que o autor tece a esse respeito (páginas 119-224) são fundamentais para sublinhar ainda mais a circunstância de que a batalha campal não passava de mais um dos recursos, ainda assim o menos utilizado, à disposição dos generais da Idade Média para derrotarem o adversário. Cientes desta circunstância e depois de percebermos que a maior parte das batalhas ocorria no contexto de operações de cerco após a chegada de um exército de socorro, somos então conduzidos até aos campos de batalha. Aí, mas sempre alertados para as dificuldades que se colocam aos historiadores para reconstituição destes confrontos, observamos então os exércitos envolvidos – a sua composição e dimensão –, o papel desempenhado pelo terreno, os dispositivos e os modelos tácticos, bem como a forma como eram adaptados às circunstâncias no decurso dos prélios.

O livro encerra com uma conclusão em que um dos elementos que, na nossa perspectiva, mais importa reter é o facto de os 780 anos de relações entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica não terem sido apenas marcados pela conflituosidade armada, embora isso não nos deva fazer esquecer o peso e a importância da guerra no processo de formação e consolidação dos reinos cristãos peninsulares. Mas como também explica Francisco García Fitz, não devemos procurar apenas na guerra os motivos para o êxito expansionista dos reinos do Norte e para o desaparecimento do al-Andalus. Com efeito, estes devem também ser encontrados nos diferentes modelos de sociedade e de economias e nos quadros institucionais de cada um dos blocos em conflito.

Para além de uma útil cronologia, o livro contém ainda um interessante apêndice documental composto por 10 pequenos textos, excertos de crónicas, de compilações legais e de obras didácticas medievais – todos eles devidamente enquadrados e comentados

– e que não só ilustram muitas das questões abordadas nesta obra, como permitem ao leitor entrar em contacto com algumas das inúmeras fontes a que o autor recorreu para a sua elaboração.

Perante tudo isto, só temos a lamentar o facto de a bibliografia (páginas 275-278) não incluir todas as obras mencionadas ao longo do texto, remetendo-se o leitor para a página web da editora onde poderá consultar a lista integral dos trabalhos utilizados. E apesar de compreendermos os motivos que levaram a que tenha sido esta a opção tomada – sobretudo as razões de âmbito ecológico –, pensamos que o público ficaria a ganhar se tivesse um acesso mais fácil e imediato a essa lista.

Em síntese, estamos em presença de uma obra que, de uma forma clara e simples, mas simultaneamente muito rigorosa e detalhada, nos dá a conhecer, por um lado, os principais momentos da luta entre Cristãos e Muçulmanos pelo domínio da Península Ibérica e, por outro, as múltiplas facetas dessa mesma luta e da forma como levaram ao sucesso dos reinos do norte sobre o al-Andalus. Esperemos, por isso, que tenha a difusão que merece e que decerto a converterá num trabalho incontornável para todos os que, de uma forma ou de outra, se interessam por estes temas.

